



Mariane Jimenez Franco, Juliana de Mendonça Casadei, Eláine Britto de Castro & Dolores Pereira Ribeiro Coutinho (2021). A requalificação urbana como garantia de acessibilidade e direitos fundamentais das pessoas idosas. In Joaquim Pinheiro (coord.), *Olhares sobre o envelhecimento. Estudos interdisciplinares*, vol. I, pp. 137-143.

DOI: 10.34640/universidademadeira2021francocasadeicastro

ISBN: 978-989-8805-63-8

Nota de edição: Respeitou-se a norma ortográfica seguida pelos Autores.

© CDA, Universidade da Madeira

O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização dos editores e dos seus autores. Os capítulos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.



A requalificação urbana como garantia de acessibilidade e direitos fundamentais das pessoas idosas

MARIANE JIMENEZ FRANCO¹

JULIANA DE MENDONÇA CASADEI¹

ELAÍNE BRITTO DE CASTRO¹

DOLORES PEREIRA RIBEIRO COUTINHO¹

¹Universidade Católica Dom Bosco

ju.casadei@gmail.com

enviado a 26/01/2021 e aceite a 22/01/2021

Resumo

A presente investigação objetivou analisar os direitos fundamentais dos idosos no espaço urbano. Dentre as necessidades dos idosos está poder usufruir da via pública, a qual deve lhes conferir acessibilidade, autonomia e segurança. Essa preocupação tem sido materializada em diversos tratados e convenções internacionais. Diante do crescimento da população idosa em todo o mundo, estuda-se a necessidade de readequar as cidades para que os espaços públicos sejam inclusivos. A pesquisa exploratória se desenvolveu a partir de análise documental, bibliográfica e coleta de dados em campo, tendo como estudo de caso a obra de requalificação de importante via comercial no centro de Campo Grande-MS, Brasil: a Rua 14 de Julho. Diante das análises realizadas, infere-se que as medidas de acessibilidade universal promovidas na via, com a priorização da circulação de pedestres, conferem maior mobilidade aos idosos que utilizam o espaço público, reforçando a necessidade de sua adequação em âmbito da escala humana, permitindo que espaços sejam acessíveis e inclusivos, deixando de serem mera previsão legal para ser política pública materializada.

Palavras-Chave: Pessoas Idosas; Acessibilidade; Espaço Urbano; Direitos fundamentais.

Abstract

This research aimed to analyse the fundamental rights of the elderly in the urban space. Among the needs of the elderly is being able to use the public road, which should give them accessibility, autonomy, and security. This concern has been materialized in several international treaties and conventions. Given the growth of the elderly population worldwide, the need to readjust cities so that public spaces are inclusive is being studied. The exploratory research was developed from documentary, bibliographic analysis, and field data collection, having as a case study the requalification of an important commercial route in the centre of *Campo Grande-MS*, Brazil: *14 de Julho* Street. In view of the analyses carried out, it can be inferred that the universal accessibility measures carried out on the road, with the prioritization of pedestrian circulation, give greater mobility to the elderly who use the public space, reinforcing the need for its adaptation at the human scale, allowing spaces to be accessible and inclusive, no longer being a mere legal provision but rather a materialized public policy.

Keywords: Elderly people; Accessibility; Urban Space; Fundamental Rights.

1. Introdução

As projeções sobre o envelhecimento da população mundial chamaram atenção da comunidade internacional ao grupo de idosos no mundo. A Organização das Nações Unidas (ONU), periodicamente, realizou encontros, desde 1982, com o objetivo de discutir os direitos humanos que são inerentes aos idosos, como o bem-estar social, autonomia, saúde, emprego, entre outros. E, também, como proteger esses direitos e os aplicar no cotidiano destes idosos.

A aplicabilidade dos direitos remete ao ambiente em que os idosos estão inseridos, e, portanto, provoca uma reflexão sobre a qualidade dos espaços públicos ofertados nas cidades. Com isso, evidencia-se a necessidade de readequar tais espaços para que sejam funcionais, acessíveis e seguros a essa parcela da população que está em ritmo de crescimento, visando atender condições específicas que as limitações proporcionadas pelo avançar da idade, naturalmente, requer. Portanto, para que o pleno exercício dos direitos fundamentais da acessibilidade seja garantido, faz-se necessário a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas e ambientais, que representam dificuldades à locomoção dos idosos, permitindo a mobilidade e autonomia.

O objeto deste estudo teve como foco a região central de Campo Grande, Brasil, em 2019. Quando a principal via comercial da cidade, a Rua 14 de Julho, passou por um processo de requalificação urbana, visando priorizar a circulação de pedestres, tendo sofrido mudanças significativas nas concepções de trânsito de veículos automotores e acessibilidade às pessoas. O propósito deste trabalho foi analisar no *case* as intervenções realizadas na via como aplicação do direito de acessibilidade aos idosos no espaço urbano.

2. A preocupação com o envelhecer: os direitos fundamentais dos idosos

A preocupação com o grupo de idosos em âmbito internacional iniciou-se apenas em 1982 com o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, produto das discussões realizadas na Assembleia Geral das Nações Unidas. Posteriormente, em 1991 as Nações Unidas definiram princípios fundamentais para as pessoas idosas, que são: independência, participação, assistência, realização pessoal e dignidade. Em 2002, em Madrid, foram firmados documentos com mais de 100 pontos que os países devem se atentar para promover um envelhecimento saudável e ações assistenciais com as pessoas idosas, levando em consideração os aspectos culturais, educacionais e econômicos de cada região. Esse plano foi materializado, em 2003, pelos países da América Latina e do Caribe, dando origem no Brasil ao Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/03, dispositivo legal que protege os direitos fundamentais das pessoas idosas no país (Piovesan, 2016).

Mais tarde, em 2009, o Plano de Ação Pan-Americana sobre a saúde dos idosos e envelhecimento ativo e saudável chamou atenção sobre desenvolver e aplicar tecnologias que propiciam um envelhecimento saudável (Notari & Fragoso, 2011).

Contudo, somente em 2015, durante a realização da Convenção Interamericana de Direitos Humanos das Pessoas idosas, foi a primeira vez em que se tratou da inclusão do idoso no espaço urbano e das questões sobre acessibilidade classificada como direito humano das pessoas idosas. Nela, os entendimentos firmados apontaram para as iniciativas do Estado em inclusão dos idosos, evidenciando o direito à acessibilidade ao entorno físico, social, econômico e cultural e à sua mobilidade pessoal. Dentre as medidas apontadas estão, a eliminação de obstáculos e barreiras de acesso em edifícios, vias públicas, transportes e outras instalações (Ministério Público do Estado de São Paulo, 2015).

Paralelamente, neste mesmo ano, líderes mundiais reunidos na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, pactuaram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), manifestando a preocupação com o acesso às cidades, em todas suas oportunidades, e a todas as pessoas. O Objetivo 11, que trata das cidades e comunidades sustentáveis, tem o propósito

de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (ONU, 2015), sendo que no ODS 11 duas metas merecem destaque:

“11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.” (ONU, 2015)

De um modo geral, as metas estabelecidas no documento abordam as causas fundamentais da pobreza e segregação, além de pretender o desenvolvimento para todos, sem nenhum tipo de discriminação. Contudo, o ODS 11 catalisa todos os demais, uma vez que os sintetiza, incorpora e dá aplicabilidade em âmbito do espaço onde se concentram as pessoas. Portanto, cidades inclusivas são aquelas que asseguram condições de igualdade de acesso a todas as pessoas, nos mais variados sentidos que se possa configurar a dignidade da pessoa humana e a garantia de seus direitos.

Para contribuir com a busca de cidades inclusivas, as Nações Unidas adotaram em 2016 a Nova Agenda Urbana (NAU). O documento passou a nortear os propósitos a serem perseguidos, tendo como uma das premissas o entendimento de que a organização do espaço urbano, a acessibilidade e desenho desses espaços, somados à oferta de infraestrutura e prestação de serviços básicos, são decisivos, pois tanto podem promover quanto impedir a coesão social, a igualdade e a inclusão (ONU, 2017).

Neste norte, pretendendo-se alcançar uma urbanização sustentável, a NAU reorienta a maneira de planejar, financiar, desenvolver, administrar e gerir cidades e assentamentos humanos, em cinco áreas de ação, destacando-se o planejamento e o desenho urbano, considerando a escala humana, conforme entendimentos de Gehl (2013). Assim, os espaços públicos devem proporcionar a liberdade, o pleno gozo da cidade e a interação social, de modo equitativo, reconhecendo as necessidades específicas daqueles que guardam condição vulnerável. Dessa forma, as cidades planejadas para o atendimento das necessidades de mulheres e meninas, idosos e deficientes, formam comunidades que acolhem a todos em condição de igualdade para experimentar o pleno convívio social promovido pelos espaços públicos e de uso coletivo.

3. A requalificação de vias para inclusão da pessoa idosa: o caso da Rua 14 de Julho

A cidade de Campo Grande, localiza-se geograficamente na porção central do estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do Brasil. Possuindo uma população de 786.797 habitantes, com uma taxa de urbanização de 98,66% e densidade demográfica de 97,22 hab/km², destaca-se uma tendência ao envelhecimento dos seus habitantes, apresentando uma trajetória ascendente da população com 65 anos ou mais, sendo 4,82% em 2000 e 6,70% em 2010 (Campo Grande, 2019).

Semelhantemente ao perfil de muitas cidades brasileiras, esses dados de Campo Grande justificam o planejamento e execução de ações orientadas ao atendimento das necessidades dos grupos populacionais mais vulneráveis, tendo em vista tornar a cidade mais inclusiva.

Contudo, especificamente a região central da cidade passa, há alguns anos, por processos de degradação urbana, corroborando com um cenário que demanda por intervenções.

Os processos vivenciados motivaram a elaboração de um Plano Local para as Zonas Especiais de Interesse Cultural do Centro - Plano de Revitalização do Centro, que, após as etapas de diagnóstico e prognóstico, foi materializado em lei municipal – Lei Complementar nº 161, de 20 de julho de 2010 – a qual determina a realização de ações voltadas ao desenvolvimento econômico, melhoria das condições urbanísticas e ambientais, integração das atividades econômicas, moradia, atividades culturais e de lazer e recuperação e revitalização dos espaços e das edificações, assim como à valorização dos marcos simbólicos e históricos da cidade.

Para elaboração das propostas de reversão do quadro estabelecido, foi realizado um diagnóstico (Campo Grande, 2009), no qual foram descritas as vias públicas da região central como locais em que não há espaço suficiente para acomodar os pedestres e o mobiliário urbano nas calçadas, sendo esses incompatíveis com os diferentes usos ocorrentes. Conflitos e dificuldades demonstram as condições de conservação dos passeios do centro da cidade, área com maior concentração da movimentação de pedestres, as quais resultam em desconforto, risco de acidentes, ou, até mesmo, a indução do trânsito de pedestres no leito da via.

Dessa forma, o Plano de Revitalização apontou como prioritária a requalificação da Rua 14 de Julho, uma via comercial de grande importância histórico-cultural para a cidade. Os levantamentos realizados na Rua 14 de Julho em âmbito desta pesquisa permitiu verificar que a população idosa faz uso da via pública para práticas cotidianas, mesmo antes da realização das obras, usufruindo das atividades prestadas pelos serviços e comércios existentes, em suas diversas tipologias, além das opções de lazer, como por exemplo, as tradicionais praças da região central. O fluxo de circulação de pedestres é alimentado por uma rede de transporte coletivo intensa na região central, que corrobora com a movimentação pendular bairro-centro. Essa dinâmica de circulação existente em uma via comercial e central da cidade, reforça a importância de adaptação dos seus espaços.

Contudo, as condições de desconforto à caminhabilidade ofertadas pela via, até então (Figura 1), denotam às dificuldades de acesso e uso do espaço público, sobretudo para aqueles que possuem algum tipo de limitação à mobilidade física, incluindo-se neste contingente os idosos. Os obstáculos ofertados na área central dificultam o uso dessa parcela da população, que depende do centro para acessar as mais diversas oportunidades ofertadas pela cidade de um modo geral.

Para reversão desse cenário, a via foi requalificada a partir do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande, com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e estruturado em um conjunto de ações voltadas à revitalização da área central e melhoria da mobilidade urbana da cidade (Campo Grande, 2018).

Entre os anos de 2018 e 2019, a via sofreu intervenções nas obras de infraestrutura básica, como pavimentação, saneamento, como redes de distribuição de água, coleta de esgoto sanitário e de microdrenagem, até intervenções mais complexas, como a execução de redes subterrâneas de energia elétrica e telecomunicações (Campo Grande, 2018). Contudo, foram significativos à caminhabilidade dos pedestres o alargamento das calçadas, a instalação de mobiliário urbano, paisagismo e arborização, sinalização viária e acessibilidade universal.



Figura 1. Aspectos da Rua 14 de Julho, em Campo Grande-MS, antes das obras de requalificação: dimensão do leito carroçável (A) e condições do passeio público (B). Fonte: arquivo dos autores.

Analisando-se as intervenções realizadas, é possível constatar a inserção de elementos que convergem com as necessidades dos pedestres apontadas pelo *Global Designing Cities Initiatives* (GDCl, 2018), de se ofertarem caminhos contínuos e desobstruídos para circulação, com sinalização orientativa, além de espaços iluminados e sombreados para caminhar ou repousar, permitindo um uso seguro e confortável da via.

As calçadas ampliadas e desobstruídas, com o embutimento das infraestruturas sob o leito da via, e a organização do espaço de instalação dos mobiliários, serviços e arborização, oferecem uma faixa livre e contínua para o trajeto dos pedestres compatível com o fluxo existente. A rua se tornou universalmente acessível (Figura 2), permitindo as diferentes velocidades de caminhada dos pedestres, em suas distintas condições de mobilidade, sendo oferecida atenção especial às necessidades das pessoas com deficiência, idosos e crianças.



Figura 2. Acessibilidade universal na Rua 14 de Julho: passeios no mesmo nível (A) e modernização semafórica (B). Fonte: arquivo dos autores.

Em sendo os cruzamentos de vias são os locais de maior risco de acidentes, uma vez que neles os pedestres estão expostos no espaço de passagem dos veículos automotores, neles foram instalados semáforos com tempo exclusivo para os pedestres, com painel de contagem regressiva. Também, foram executadas travessias mais curtas, com o alargamento do raio de curvatura nas esquinas (Figura 3), permitindo que as pessoas aguardem a travessia em segurança (GDCl, 2018).

A velocidade média de trânsito de veículos na via foi reduzida, sendo executadas também travessias em nível nos meios das quadras (Figura 3), facilitando a circulação do pedestre e consequentemente o acesso ao seu destino em segurança (GDCl, 2018).



Figura 3. Travessias seguras nos cruzamentos (A) e meios de quadra (B) da Rua 14 de Julho. Fonte: arquivo dos autores

Da análise das intervenções realizadas na reconfiguração da Rua 14 de Julho, demonstra-se que sua transformação imprimiu melhores condições de circulação para todos os pedestres, sobretudo àqueles que não se encontravam anteriormente aptos para dela usufruir em iguais condições e gozo de seus direitos.

Essa nova concepção do espaço público alinha-se aos entendimentos de desenvolvimento local na escala humana, uma vez que o território é compreendido como algo vivo, não apenas limitado no sentido de espaço físico (Marques, 2009). Essa visão da dinâmica do espaço público da via é fundamental para o planejamento inclusivo, especialmente no sentido de promover a ampliação e reintegração desses espaços para seus verdadeiros usuários.

As calçadas desempenham um papel essencial na vida das cidades. Como condutoras de circulação e acesso de pedestres, estimulando a conectividade e promovendo o caminhar. Enquanto espaços públicos, as calçadas servem de porta de entrada para as cidades, ativando as ruas social e economicamente. Calçadas seguras, acessíveis e bem conservadas são investimento fundamental e necessário às cidades e têm demonstrado contribuir para a saúde pública geral e maximizar o capital social (GDCl, 2018).

4. Conclusões

O ritmo acelerado de crescimento da população idosa é fato mundialmente preocupante, entre outros, por evidenciar a necessária atenção ao desenvolvimento físico e mental, e a promoção da autonomia e independência dos idosos, prejudicadas com o processo de envelhecimento.

O Brasil é signatário de compromissos estabelecidos com a comunidade internacional para criação de espaços mais acessíveis e promoção da mobilidade do idoso, com a finalidade de oferecer-lhes maior independência em igualdade de condições com as demais pessoas.

Na análise do *case*, a obra de requalificação da Rua 14 de Julho, em Campo Grande-MS, verificamos a iniciativa de promoção da acessibilidade e garantia de direitos fundamentais das pessoas idosas, comprovadas pelas intervenções realizadas.

Conclui-se, com este estudo, que a requalificação de vias urbanas são importantes instrumentos para promover a circulação de pessoas, especialmente dos idosos, conferindo autonomia, segurança, independência, e principalmente, o sentimento de pertencimento ao espaço urbano, considerando que assim são respeitados os direitos fundamentais de pessoa idosa.

Bibliografia

- Campo Grande (2009). *Plano Local para as Zonas Especiais de Interesse Cultural do Centro – ZEIC's Centro*. Organura & Planurb (Eds.). <http://www.campogrande.ms.gov.br/centro/wp-content/uploads/sites/67/2020/01/20110128134642.pdf>
- Campo Grande (2018). *Plano de Mitigação*. PMCG & BID (Eds.). <http://www.campogrande.ms.gov.br/reviva/wp-content/uploads/sites/58/2018/06/PLANO-DE-MITIGA%C3%87%C3%83O.pdf>
- Campo Grande (2019). *Perfil Socioeconômico de Campo Grande* (26th ed.). Planurb. <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/wp-content/uploads/sites/18/2019/08/Perfil-2019-PLANURB-vers%C3%A3o-final.pdf>
- Global Designing Cities Initiatives [GDCI] (2018). *Guia Global de Desenho de Ruas*. Editora Senac. <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide-pt>
- Gehl, J. (2013). *Cidades para as pessoas* (2nd ed.). Perspectiva.
- Marques, H. R. (2009). Desarrollo local a escala humana. *Polis Revista Latinoamericana*, 22, 20-32. <http://journals.openedition.org/polis/2645>
- Ministério Público do Estado de São Paulo (2015). *Convenção Interamericana sobre proteção dos direitos humanos dos idosos*. http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Textos/Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana.pdf
- Notari, M. H. A., & Fragoso, M. H. J. M. M. (2011). A inserção do Brasil na política internacional de direitos humanos da pessoa idosa. *Revista Direito GV*, 7 (1), 259-276. <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322011000100013>
- Organização das Nações Unidas [ONU] (2015). *Agenda 30*. <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>
- Organização das Nações Unidas [ONU] (2017). *Nova Agenda Urbana*. ONU & Secretaria de Habitat III (Eds.). <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf?fbclid=IwAR2koIM7MtgBh6i57G4fxWeWpbK52Jr7sXlrGdBbJF81bF2GSzY527FWdAY>
- Piovesan, F. (2016). *Temas de Direitos Humanos* (9th ed.). Saraiva.

